3 — Cláudia Rita Moreira Fernandes
4 — Lígia Rodrigues Alves
5 — Maria de Sousa Monteiro
6 — Susana Isabel Coelho Vieira da Silva

Candidatos excluídos:

1 — Leonel José Monteiro Buço *a*)
2 — Mariana Martinho Inácio *a*), *b*)

a) Não cumpre o estipulado no ponto 1.2 do Aviso de Abertura n.º 15663/2010 de 06 de Agosto
b) Não ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

Constância, 25 de Outubro de 2010. — O Presidente do Júri, *Manuel Vaz Duarte*.

203889316

Centro Hospitalar do Oeste Norte

Deliberação (extracto) n.º 2008/2010

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar, de 27 de Outubro de 2010, foi aceite o pedido de exoneração da Dra. Florbela Maria Marques Lopes Tomás da Silva, Assistente Graduada Sénior de Anestesiologia, pertencente ao Mapa de Pessoal deste Centro Hospitalar — Hospital de Alcobaça, com efeitos a de 01 de Novembro de 2010. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

2010.11.02. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

203890441

Deliberação (extracto) n.º 2009/2010

Por deliberação do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste Norte, de 27 de Outubro de 2010:

Carlos Alberto de Almeida Cruz — Assistente Graduado de Ortopedia, pertencente ao Mapa de Pessoal deste Centro Hospitalar — autorizado a praticar o regime de trabalho designado por semana de quatro dias, nos termos do Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de Agosto, com início a 01 de Dezembro de 2010. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas)

2010.11.02. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

203890677

Inspecção-Geral das Actividades em Saúde

Despacho n.º 16922/2010

O Decreto-Lei n.º 275/2007, de 30 de Julho, aprovou a Lei Orgânica da Inspecção-Geral das Actividades em Saúde, no desenvolvimento do qual foi fixada a dotação máxima das unidades orgânicas flexíveis, na Portaria n.º 827/2007, de 31 de Julho.

Considerando que, a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando, ainda, que o Licenciado António Alberto Coelho Gil, nomeado por meu despacho de 18 de Fevereiro de 2008, cessou funções como Chefe de Divisão de Apoio Administrativo e Processual (DAAP) da IGAS;

Considerando, por fim, o perfil profissional da Licenciada Fátima Maria Nobre Jorge, evidenciado na nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

1 — Nomeio, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço no cargo de direcção intermédia de 2.º grau da Divisão de Apoio Administrativo e Processual (DAAP) da IGAS, a Licenciada Fátima Maria Nobre Jorge, do mapa de pessoal da Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Autorizo a opção pelo vencimento da categoria de origem, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2010.

2 de Novembro de 2010. — O Inspector-Geral, *Fernando César Augusto*.

Nota curricular

1 — Dados de Identificação

Nome: Fátima Maria Nobre Jorge
Data de Nascimento: 4 de Maio de 1968
Morada: Rua da Juventude, n.º 24, 2.º D, Tercena 2730-110 Barcarena
Contacto: 962912887

2 — Formação Académica

1986 — 1991 — Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa

3 — Experiência Profissional

Desde Maio de 2003 — Exerceu funções de Chefe de Equipa Multidisciplinar na Inspecção-Geral de Agricultura e Pescas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP), coordenando equipas de auditoria no âmbito dos apoios financeiros, nacionais e comunitários, atribuídos aos sectores da agricultura e pescas.

Desde Abril de 1996 até Maio de 2003 — Inspectora na Inspecção-Geral de Agricultura e Pescas do MADRP, tendo executado auditorias de sistemas e de projectos, com vista ao controlo dos apoios financeiros nacionais e comunitários atribuídos no âmbito da política sócio-estrutural para os sectores da agricultura e pescas, e auditorias de gestão aos serviços do MADRP. Participou na definição das metodologias que vieram a ser adoptadas pelas entidades de controlo de 1.º e 2.º nível no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio.

De Maio de 1995 a Abril de 1996 — Inspectora-estagiária no Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu do Ministério para a Qualificação e o Emprego, tendo realizado auditorias de sistemas aos programas de formação aprovados no âmbito do QCA II e financiados pelo Fundo Social Europeu.

De Julho de 1992 a Maio de 1995 técnica superior na Direcção-Geral de Concorrência e Preços do Ministério da Economia, tendo realizado averiguações de práticas susceptíveis de afectar a concorrência no mercado nacional, elaboração de pareceres técnicos sobre concentrações de empresas e elaboração de estudos sectoriais.

4 — Formação Profissional

Formação mais relevante:

FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública;
Seminário de Alta Direcção;
Gestão Orçamental Pública e Auditoria;
Auditoria Estatal;
A Análise Financeira na Administração Pública;
Condução de Reuniões;
Liderança e Gestão de Equipas;
Contratação Pública;
Estratégia Contabilística para uma Gestão Eficiente;
Contabilidade Pública e a Prestação de Contas;
Concepção e Gestão de Projectos;
Auditoria do Desempenho.

5 — Outros Elementos Relevantes

Ministrou diversas acções de formação profissional sobre controlo interno e metodologias de controlo.

É técnica oficial de constas inscrita na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, com o n.º 19317.

203888441

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Delegação Regional do Norte

Aviso n.º 22723/2010

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º e artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008,de 27 de Fevereiro (LVCR), da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, por despacho do Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP (IDT,I P), de 28/09/2010, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente Aviso no *Diário da República,* procedimento concursal comum para ocupação de